

MICROSCÓPIO

(Especial para o "Correio do Povo")

Necessário é que a verdade se diga e a exploração se desfaça. Por grandes que sejam as culpas do Congresso Nacional na elaboração do orçamento de 1949, menores não são as do Poder Executivo, que delas pretendeu eximir-se, devolvendo simplesmente o projeto, sem o sancionar, nem promulgar.

Começou o Governo por enviar à Câmara dos Deputados uma proposta insincera e grandemente defeituosa, na qual se omitiam propositadamente gastos forçosos e determinados por lei, só para poder dizer que propusera um orçamento equilibrado e poder alegar, mais tarde, que ao Legislativo cabia a responsabilidade do deficit inevitável. Fosse parlamentar o nosso regime político e não se poderia manter o gabinete que houvesse dado tamanha prova de incapacidade ou má fé; no regime presidencial, porém, ao Congresso cabia somente corrigir os erros do Poder Executivo, elaborando um orçamento deficitário, mas verdadeiro. Foi o que fez.

Objetar-se-á que o Poder Legislativo não se limitou a reparar as omissões do Governo e aumentou por propria conta as despesas. É certo, mas ainda aqui não deixa de ser grande a culpa do Governo, que dispondo da maioria em ambas as casas do Congresso, nada fez, por meio dos seus líderes, dos presidentes das comissões técnicas, dos seus deputados, enfim, para evitar o que está agora censurando.

Mais útil lhe pareceu deixar que o Poder Legislativo fizesse obra imperfeita, para que este se desmoralizasse ante a opinião pública e ele, pelo contrario, se pudesse recomendar, corrigindo na execução o que fôra mal concebido na deliberação, diminuindo por virtude propria o "deficit" que a imprevidencia legislativa avolumara.

Convém, pois, proclamá-lo: na atual desordem orçamentaria, é pelo menos tão grande quanto a do Poder Legislativo a culpa do Poder Executivo; é muito maior se se considerarem as características do nosso regime. Se o Governo não obteve melhor orçamento, foi porque nenhum esforço fez por obtê-lo; do que seria capaz, se o houvesse querido, demonstrando a cassação do mandato dos representantes comunistas, arrancada a um Congresso recalcitrante e, contudo, rendido.

Porto Algere, 18. XII. 1948.

RAUL PILLA